



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

# **COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO**

## **PROJETO DE LEI Nº 733, DE 2025**

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

Modifica-se o texto do inciso XIX do Art.6º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:”

[..]

“XIX - Arrendamento: cessão onerosa de instalações portuárias do porto público para exploração de atividade de terminal portuário ou terminal de passageiros mediante contrato de arrendamento, por prazo determinado à uma sociedade de propósito específico;”

### **JUSTIFICAÇÃO**

A modificação do inciso XIX tem como objetivo aprimorar a definição de "Arrendamento" no contexto portuário, garantindo maior precisão e alinhamento às práticas contemporâneas de gestão e exploração de instalações portuárias. Ao especificar que o arrendamento envolve a cessão onerosa de instalações portuárias do porto público para exploração de atividades de terminal portuário ou terminal de passageiros, por meio de

Apresentação: 13/08/2025 20:55:35.300 - PL073325  
EMC 519/2025 PL073325 => PL 733/2025  
**EMC n.519/2025**



\* C D 2 5 5 2 1 6 1 1 3 4 0 0 \*



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

contrato de arrendamento, busca-se promover maior clareza sobre a finalidade e os limites desse instrumento jurídico.

A inclusão da exigência de que o contrato seja celebrado com uma sociedade de propósito específico (SPE) representa uma medida relevante para assegurar a especialização e a eficiência na gestão das instalações arrendadas. As SPEs são reconhecidas por sua estruturação voltada exclusivamente para a execução de projetos específicos, o que reduz riscos operacionais e financeiros e promove maior transparência e governança no cumprimento das obrigações contratuais.

Além disso, a definição de um prazo determinado para o arrendamento reforça a necessidade de planejamento e continuidade das operações portuárias, ao mesmo tempo em que garante a possibilidade de revisões e adaptações em conformidade com as mudanças nas demandas logísticas, econômicas e ambientais.

A modificação proposta visa, portanto, fortalecer a segurança jurídica dos contratos de arrendamento, fomentar a eficiência na utilização de bens públicos e atender aos interesses da coletividade, ao assegurar que as atividades desempenhadas nas instalações portuárias sejam realizadas de forma responsável, sustentável e alinhada aos princípios da administração pública.

Sala das Comissões, de agosto de 2025.

**ANA PAULA LIMA**

**Deputada Federal PT/SC**

